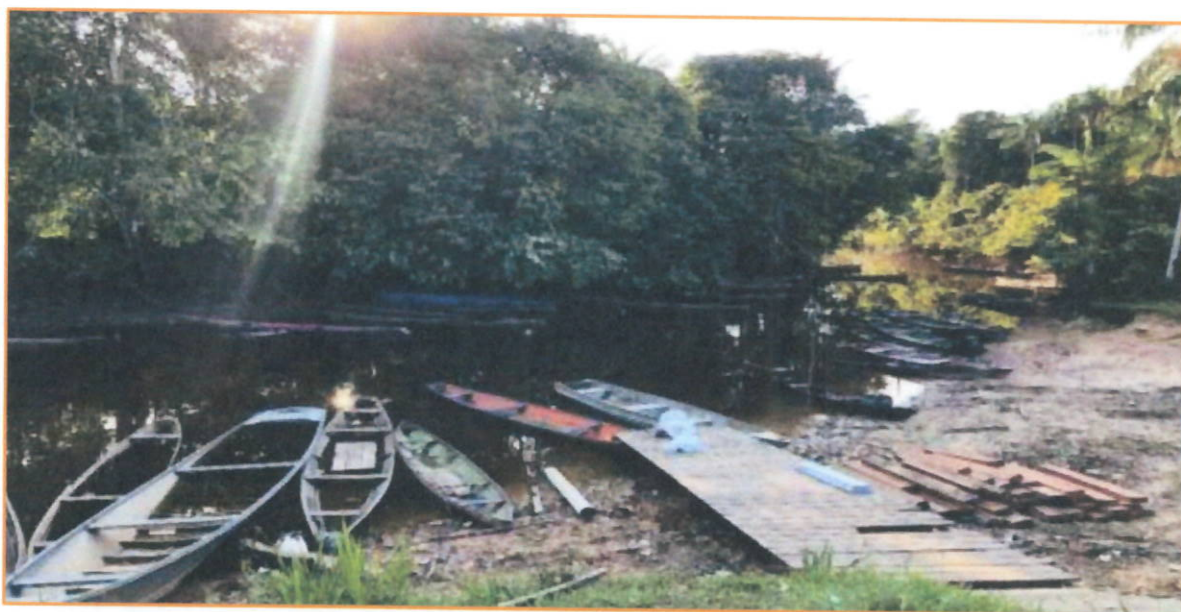




DIAGNÓSTICO TERRITORIAL COMUNIDADE DO RIOZINHO

Apresentação:

O presente trabalho tem por objetivo apoiar comunidades tradicionais do município de Carauari (AM) na regularização de seus territórios tradicionais, dentro de um projeto mais amplo que busca o reconhecimento dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e indígenas (PCTs) no estado do Amazonas. É resultado direto da demanda de reconhecimento territorial apresentada pela Associação dos Moradores do Baixo Riozinho (ASMOBRI) e da parceria entre o Instituto Juruá, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

Na construção de sua metodologia, incluiu-se o levantamento e a inserção de informações na Plataforma de Territórios Tradicionais (Plataforma PCT), do Ministério Público Federal (MPF) e articulações no âmbito do Fórum Diálogo Amazonas (FDA). A Plataforma PCT foi desenvolvida com o objetivo de disponibilizar informações e dados georreferenciados sobre áreas tradicionalmente ocupadas por esses povos e é coordenada em conjunto pelo Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), MPF, além de organizações e órgãos do Estado, todos com direito à voz. O Fórum Diálogo Amazonas (FDA) foi criado em 2012, resultado de mobilização conjunta do IEB, CNS e Comissão Pastoral da Terra (CPT) para enfrentar questões fundiárias históricas envolvendo as populações tradicionais do estado. Seu propósito é reunir os órgãos responsáveis pela regularização fundiária e as lideranças comunitárias, previamente mobilizadas, capacitadas e articuladas quanto às suas demandas territoriais, para buscar soluções aos problemas fundiários por elas levantados. Desde o início de suas atividades, o FDA contou com mediação jurídica da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM) e do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM).

Apresentação:

Desde o processo de ocupação até a atualidade, a configuração territorial estabelecida pelas lutas socioambientais na Amazônia está sob ataque. Isso inclui as terras públicas destinadas às comunidades tradicionais por meio de assentamentos da reforma agrária e unidades de conservação. Inúmeras são as propostas de alterações normativas, adequações de processos administrativos ou mesmo ameaças diretas em campo, que forçam o surgimento de um movimento de resistência.

Nesse cenário, os territórios tradicionais não regularizados encontram-se em particular situação de vulnerabilidade. Suas populações mantêm-se à margem da lei e ficam expostas a todo grau de fragilidade e arbitrariedade. Muitas comunidades tradicionais e povos indígenas nem mesmo começaram o processo de autodeterminação ou até mesmo o reconhecimento formal de seus direitos territoriais, sobretudo nas várzeas dos grandes rios amazônicos e em porções de terra firme interiorizadas, onde um número ainda desconhecido de comunidades ocupa áreas que nunca tiveram destinação definida pelo estado do Amazonas.

Tendo isso em vista, nos propusemos neste trabalho a apoiar a comunidade do Riozinho, município de Carauari, representada pela Associação dos Moradores do Baixo Riozinho (ASMOBRI), na busca pela regularização fundiária de seu território tradicional, à luz das políticas públicas para a garantia de seus direitos. Nos somamos, assim, à resistência aos ataques sobre os direitos dos PCTs e à construção de alternativas, vislumbrando um futuro que, diferentemente dos governos que assumem o poder, não deve ser provisório.

Apresentação:

Nesse contexto, o presente documento sumariza informações sistematizadas e coletadas em oficinas de cartografia social realizadas em agosto, outubro e novembro de 2023, que subsidiam o pedido de emissão de um Contrato de Concessão Real de Direito de Uso (CDRU) entre o Estado do Amazonas e a ASMOBRI.

Realizamos um diagnóstico territorial, a partir do levantamento das áreas de uso e moradia, escutas ativas e entrevistas para levantar informações sobre a história de uso e ocupação do território, os modos de vida, produção e infraestrutura (equipamentos socioculturais) presentes, bem como os desafios enfrentados pelos seus moradores. De forma complementar, realizamos também um diagnóstico fundiário, que consistiu no levantamento do domínio das áreas, através da identificação das glebas federais, estaduais e municipais, assim como títulos de domínio (TD) incidentes nas regiões de abrangência do trabalho. Com base nessas informações, foi proposta a delimitação da área para regularização fundiária do território da comunidade do Riozinho, cuja área, a ser abrangida pela CDRU coletiva, apresenta-se a seguir.

Complementarmente a este documento, encontram-se também os seguintes arquivos: (i) abaixo-assinado das comunidades, reivindicando a regularização da área proposta; (ii) arquivos shapefile e kml da poligonal proposta para o território e localização das comunidades.

Histórico de ocupação da comunidade:

A busca por terras sempre se mostrou como a principal impulsionadora dos deslocamentos de grupos excluídos e invisibilizados, porque não foi dado a eles, no passado, o acesso à terra. Os primeiros moradores do Riozinho chegaram na região entre as décadas de 1960 e 70 para trabalhar na extração de sorva e borracha nativa para os antigos patrões dos seringais. Numa região que não havia estradas e nenhum vestígio de ocupação humana recente, construíram suas vidas, suas casas, seus significados da paisagem e seus três cemitérios, onde seus primeiros mortos estão sepultados até hoje.

Francisco Viturino da Silva, 65 anos, morador da localidade Açaizal, no Riozinho, a uma hora e meia (de motor rabeta) da estrada, conta que chegou no Riozinho em 1972 para cortar seringa com irmão. Nessa época ele tinha 14 anos. A família morava no Alto Juruá e migrou para a região para trabalhar na agricultura e nos seringais.

Francisco Pereira da Silva Filho, 44 anos, recorda que na região do Riozinho, embora não houvesse propriamente um dono de seringal, o sogro do pai, Pedro Desidério, era conhecido como patrão por comprar borracha e sorva, e após o encerramento do ciclo da borracha, aposentou-se como soldado da borracha.

As famílias mais antigas estão na 5ª geração que nasceu e se criou lá dentro.

Ismael Lopes da Silva, 51 anos, nasceu na localidade Santa Rita, no Riozinho e cita que hoje as famílias mais antigas estão na 5ª geração que “nasceu e se criou lá dentro”.

Parte das famílias que migraram para o Riozinho permaneceram morando no lugar e trabalhando com extrativismo vegetal e a agricultura para consumo, tendo até hoje a extração do açaí e da seringa como principais atividades econômicas. As famílias moradoras vivem nas antigas "colocações" da "época da seringa", onde a forma de ordenamento territorial é tradicional e baseado no respeito a limites de costume. Algumas famílias possuem títulos provisórios emitidos pelo ITEAM e CAR.



Moradias ao longo do Riozinho, 2024

Dados gerais e condições de vida:

A comunidade do Riozinho foi fundada há aproximadamente 60 anos com a vinda de famílias de diversas regiões para trabalhar nas "colocações da borracha". Segundo o levantamento realizado, atualmente são 101 famílias e 430 moradores (entre adultos e crianças) representados pela Associação dos Moradores do Baixo Riozinho (ASMOBRI). Ainda que seja reconhecida como uma comunidade pela Prefeitura Municipal de Carauari, dispondo de escola com ensino até o 9º ano em uma das localidades, ainda hoje a maioria das famílias tem um padrão de ocupação disperso ao longo do rio, vivendo em localidades e antigas colocações com uma a cinco casas.

- Localização: municípios de Carauari e Jutai
- Coordenadas: -66,9260501°W, -4,5628677°S
- Deslocamento da sede do município para comunidade: cerca de 50 minutos de carro. Até 24 horas em motor rabeta para acessar a última família residente;
- Principais meios de transporte: moto, carrocinha e rabeta;
- Organização política: Associação de Moradores Agroextrativistas do Baixo Riozinho e entorno (ASMOBRI), criada em 24 de setembro de 2017.
- Possui uma escola (Escola Municipal João Vitorino da Silva) que oferece o Ensino Infantil e Fundamental I e II, de forma seriada, tendo apenas uma professora. Possui merenda escolar fornecida pela prefeitura, que aciona o PAA;

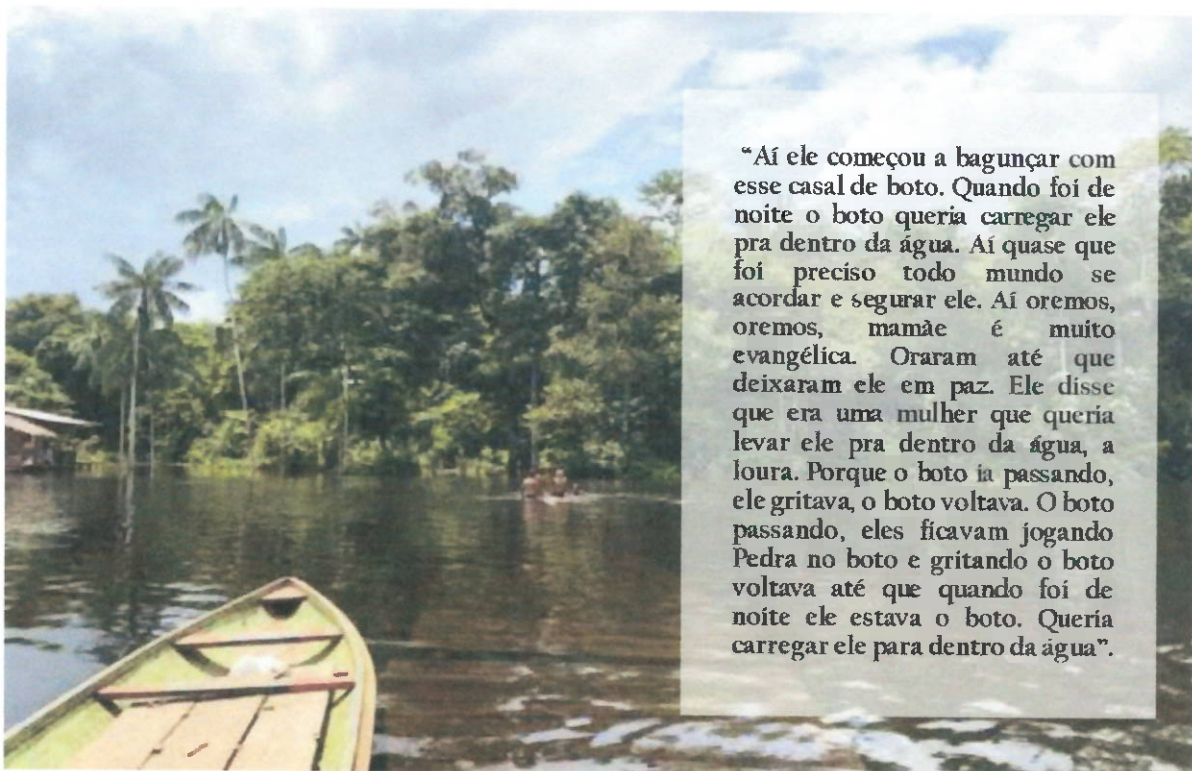
-
- Não possui posto de saúde e nem agente comunitário de saúde. O acesso ao atendimento médico é somente na sede do município;
 - Não possui internet, apenas telefone rural. Não possui energia elétrica em todas as casas, apenas em 5 (cinco) residências mais próximas a estrada acessam o programa Luz para Todos;
 - Possui duas igrejas (Igreja Apostólica Santa Cruz e Igreja Evangélica Assembleia de Deus tradicional), um campo de futebol, um cemitério e um centro comunitário que está em construção;
 - Possui três antigos cemitérios com mais de 50 anos, onde estão sepultados seus primeiros mortos;
 - Não possui nenhum tipo de saneamento.



Aspectos socioculturais, ambiente e produção

As famílias que vivem no Riozinho, há cinco gerações, acumularam um vasto repertório sobre o território. Desenvolveram saberes e técnicas que são fundamentais para sua sobrevivência e manutenção da floresta. O modo de vida destes moradores estabelece uma relação singular baseada na interação com a natureza e com práticas de uso comum da terra.

Em conversa com Francisco (44 anos), morador de riozinho sobre a fauna da região, observa-se a relação construída com as paisagens e os seres do lugar, ele cita a existência de um casal de botos vermelhos que vive há décadas no lugar, considerados protetores do rio. Ele nos conta uma situação que aconteceu com seu sobrinho, que seria punido pelos seres da natureza, por ter desrespeitado as normas de viver no lugar:



“Aí ele começou a bagunçar com esse casal de boto. Quando foi de noite o boto queria carregar ele pra dentro da água. Aí quase que foi preciso todo mundo se acordar e segurar ele. Aí oremos, oremos, mamãe é muito evangélica. Oraram até que deixaram ele em paz. Ele disse que era uma mulher que queria levar ele pra dentro da água, a loura. Porque o boto ia passando, ele gritava, o boto voltava. O boto passando, eles ficavam jogando Pedra no boto e gritando o boto voltava até que quando foi de noite ele estava o boto. Queria carregar ele pra dentro da água”.

O trecho a cima apresenta um dos aspectos da relação de respeito que os moradores construíram com o lugar e os seres vivos. Além de trabalharem na agricultura e no extrativismo vegetal, realizam a pesca e a caça de animais para o consumo familiar. Isso difere da ação dos invasores do território, moradores da área urbana de Carauari que realizam a caça predatória à diversas espécies como a paca, cutia, anta, veado, mutum, macaco barrigudo, guariba, queixada e outros.

Registro do Sistema de agricultura e agrofloresta, SAFs consorciado. Riozinho, 2024



“Riozinho deveria ser protegido porque nós temos espécies de animais em extinção”.

Francisco Filho, presidente da ASMOBRI

Francisco Filho reforça que o “Riozinho deveria ser protegido, porque nós temos espécies de animais em extinção”, além dos já citados, faz referência à tartaruga cabeçuda, onça, lontra, ariranha, que são mortos por vários motivos medo, comer os peixes ou atrapalhar a caçada.

A tabela abaixo mostra as atividades produtivas que estão presentes no cotidiano dos moradores da comunidade do Riozinho.

Atividades produtivas		
Tipo	Detalhes	Período
I. Agricultura	Mandioca (derivados: goma, tucupi, beiju, arubé), macaxeira, cará, melancia, jerimum, milho, cheiro-verde, pimenta de cheiro e ardosa, cebolinha, jambo, manga, azeitona, limão, goiaba, abacate, mamão, cacau, feijão e batata.	Anual
II. Extrativismo Vegetal	Açaí, bacaba, tucumã, buriti, pupunha, arumã, pataúá, Uxi, Seringa (borracha), cipó titica e óleo de copaíba;	
III. Pesca	Traíra, piaú, tucunaré, mandí, matrinxá, juri e pacu;	
IV. Criação de pequenos animais	Galinha, porco, pato e bois (3 moradores);	
V. Comércio	Borracha-seringa, açaí, pupunha, farinha, goma de tapioca, matrinxá, pacu, buriti, copaíba, andiroba, poupas de frutas, banana, cará, ariá e ramutã;	
VI. Artesanato	Tipiti, peneiro e vassoura.	



Artesã Francisca da Silva, Riozinho, 2024.

Principais atividades econômicas

- Valores aproximados, a partir de entrevistas realizadas com lideranças -

<i>Produtos</i>	<i>Por família</i>	<i>Produção total – cerca 80 famílias -</i>	<i>comprador</i>	<i>Preço (un)</i>	<i>Preço total</i>
Açaí	500 a 600 kg - lata (18 L)	40.000 a 48.000 kg de caroço de açaí (chegaram a produzir 10 toneladas de caroço de açaí)	Moradores da cidade e PAA	R\$ 10,00 a 40,00	R\$ 480.000,00 a 1.920.000,00
Borracha (seringa)	300 a 500 kg	10.000 kg (produção informada em 2023)	Vendem para a COOPERACRE, que vende para a Empresa VERT	14 reais por kg, com subsídios 20 reais	R\$ 200.000,00
Farinha	3 a 5 sacas	240 a 400 sacas	Moradores da cidade e PAA	R\$ 300,00 por saca	R\$ 72.000,00 a 120.000,00



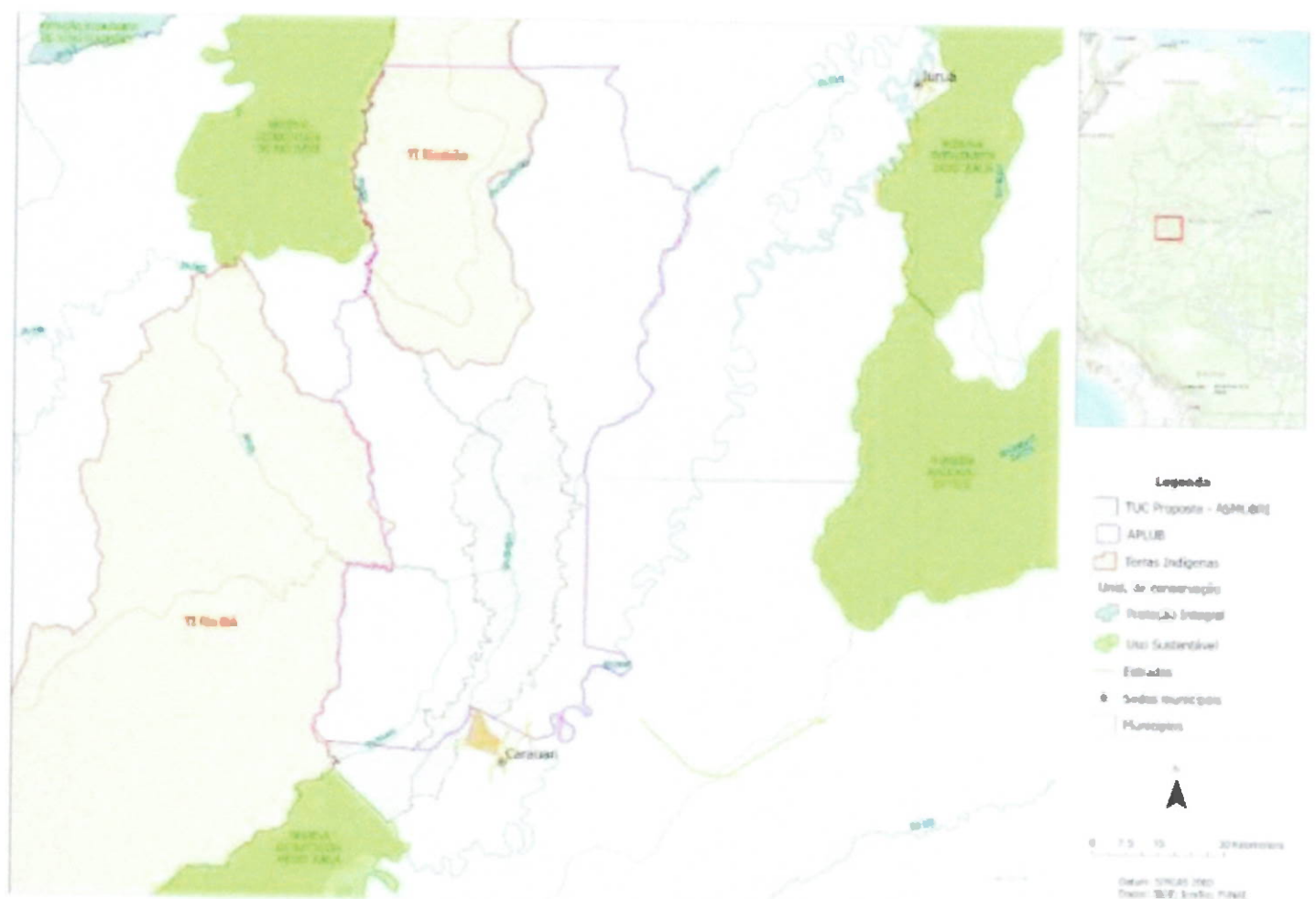
Morador de riozinho na sua Casa de farinha, 2024.

Conflito e Ameaça:

- Tentativa de expropriação do território dos moradores locais por uma empresa denominada APLUB/ARBO, que se diz proprietária das terras;
- Existência de um projeto de pagamento de créditos de carbono, danoso aos direitos territoriais do conjunto de moradores;
- Assédio recente (2023) da empresa APLUB/ARBO para assinatura de contrato de comodato, que limita o uso da terra para agricultura e construção de casas e embarcações;
- Pressão de moradores de Carauari e Jutai sobre a caça, pesca e outras espécies vegetais para consumo;
- Presença de lanchas de traficantes/pessoas ligadas ao garimpo em Jutai circulando pelo Riozinho nos últimos anos;



Proposta de regularização:



Mapeamento das famílias:



Sobre a área proposta:

A área proposta para o TUC do Riozinho está localizada na bacia hidrográfica do Riozinho, que nasce no município de Carauari e deságua no rio Jutai, no município de Jutai, uma região de terra firme que se caracteriza por terrenos elevados não sujeitos a inundações frequentes. A delimitação da área tem como limite sul a Reserva Extrativista do Médio Juruá, incluindo a região das nascentes dos Riozinho e do rio Ipixuna, dada a necessidade de proteção das cabeceiras para manter a integridade do sistema aquático de que as famílias são dependentes, seja para o transporte, higiene, consumo de água e pesca. Parte do limite territorial sul segue o linhão de energia existente entre a sede de Carauari e a comunidade do Roque, na RESEX Médio Juruá, facilitando sua delimitação e reconhecimento pelos demais moradores da região.

Os limites leste e oeste do território seguem, em sua maior porção, o divisor de águas da bacia do Riozinho com os rios Ipixuna, a oeste, e Juruá, a leste, incluindo todos os igarapés (pequenos cursos d'água) afluentes do Riozinho, seguindo um padrão territorial contínuo e longitudinal em direção ao norte - uma conformação que respeita os contornos naturais e as características hidrográficas e geográficas da bacia do Riozinho, bem como a necessidade de proteção das cabeceiras dos igarapés e dos antigos seringais de uso das famílias residentes. O rio Ipixuna é um importante rio de uso dos indígenas Katukina da Terra Indígena do Rio Biá, que utilizam um varadouro que passa pelo Riozinho para acesso à sede municipal de Carauari e comercialização de sua produção, mantendo boas relações de trânsito com os moradores locais. Próximo a estrada do Riozinho e ao assentamento foi feito um recorte nos limites da bacia hidrográfica para respeitar os limites do assentamento (PA Riozinho) e dos terrenos das famílias que são associadas à ASMOBRI.

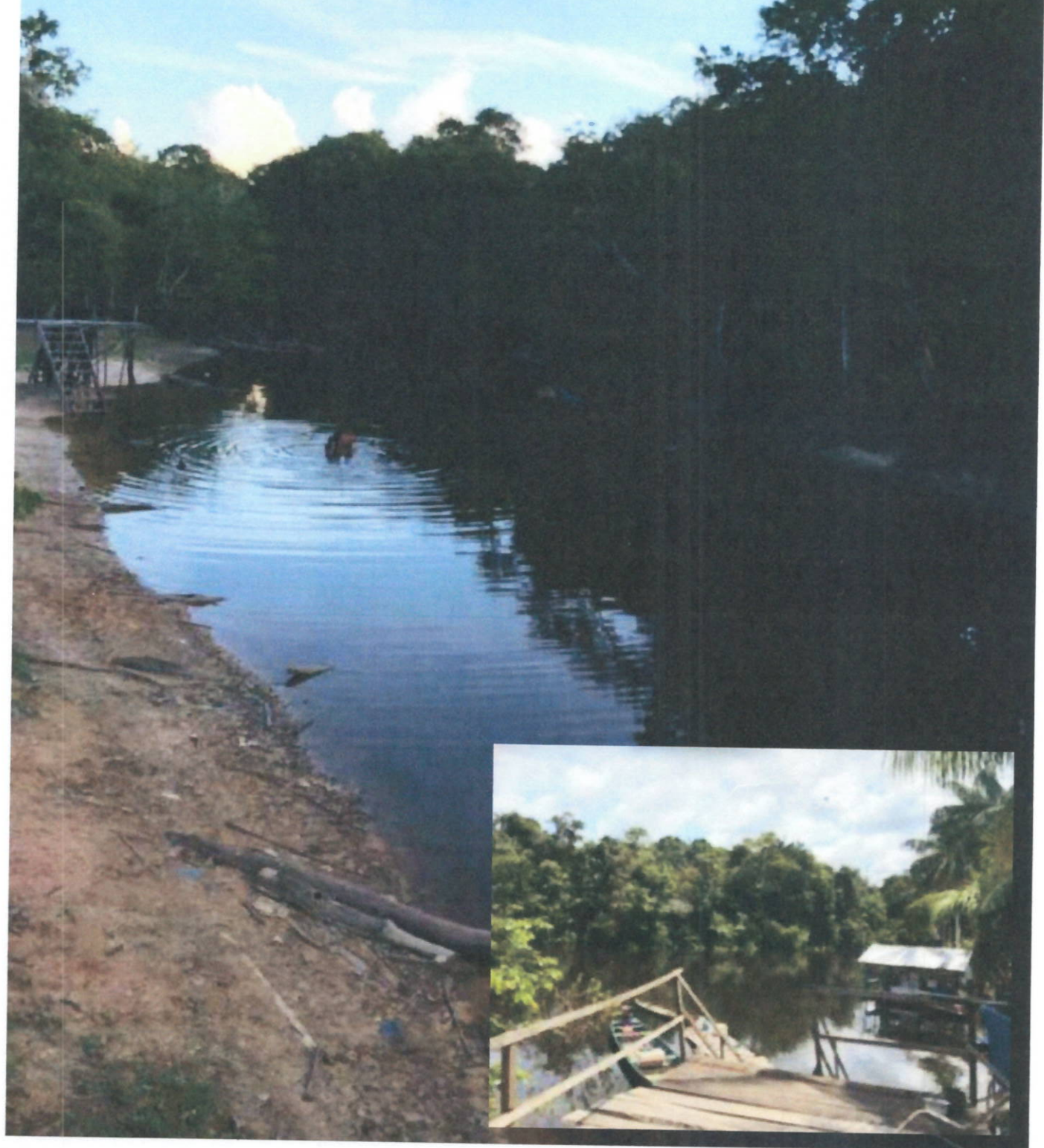
O limite norte considera a última família residente associada, tendo como extrema a colocação Encrenca, mantida fora da proposta e reconhecida na região como limite de exploração dos antigos seringais. Esta área proposta, portanto, integra-se harmoniosamente ao meio ambiente circundante, levando em consideração as interações ecológicas, os padrões de uso da terra e a necessidade de preservação das terras altas e dos sistemas aquáticos da região.

Durante oficina de mapeamento participativo (01/08/2023)



Comunidade do Riozinho

Durante a seca e cheia





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-AM-00031455/2025 DOCUMENTO DIVERSO**

.....
Signatário(a): **ADRIANA NOGUEIRA DE FARIAS**

Data e Hora: **09/05/2025 14:30:41**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave b2014541.d5cbac08.f45a0787.4bf7f585